

O olhar de veículos jornalísticos online com relação à Intervenção Federal no Rio de Janeiro¹

Marina Darie Adorno Kotzias²

Miguel Ângelo Manassés³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Resumo

A Intervenção Federal, decretada pelo presidente Michel Temer, permitiu que o Exército controlasse questões de segurança pública no Rio de Janeiro, em 2018. Este artigo visa analisar a maneira que dois jornais com plataformas online, Folha de S. Paulo e O Globo, abordam este feito, se há isenção nas reportagens - visto que a violência é um tema de grande destaque na mídia brasileira - e perceber se há a utilização de uma lente mais cidadã na forma que os casos são repassados ao público. A escolha dos veículos de informação foi feita com base nos números de visualizações de cada um. Os métodos utilizados para esse estudo são a análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Intervenção federal; segurança pública; violência; Rio de Janeiro, cidadania.

Introdução

A partir da década de 1980, após o período do regime militar no Brasil, a imprensa iniciou um processo de divulgação exacerbada de crimes em jornais impressos, principalmente em cidades influentes, como o Rio de Janeiro. Este fenômeno foi caracterizado por Benevides (1983) como a “onda de violência”. Dez anos depois, com o aumento expressivo da população nas favelas cariocas e com a chegada da cocaína nos morros, a territorialização dos assentamentos foi realizada por traficantes (FELIX, 2017). Como consequência, a mídia retratou a realidade dos criminosos, como

¹ Trabalho apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018

² Estudante de Graduação 5º período do Curso de Jornalismo da PUCPR, email: dariemarina@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da PUCPR, email: mmanasses@hotmail.com

se fossem inimigos de Estado, e dos moradores - as vítimas. A partir disso houve a criação de estereótipos midiáticos e a assimilação entre favela e violência.

Seja manipulação ou espetacularização da audiência, a imprensa se mostra ambígua em tais retratos. Além de estigmatizar os personagens residentes das periferias, ela também desaprova as instituições policiais, o que pode causar falsas avaliações ao receptor menos perceptivo (FARIAS e CARDOSO, 2017).

Isso se mostrou válido em 1992, quando o Rio de Janeiro estava prestes a sediar a RIO-92 e o então presidente Fernando Collor de Mello fez uso de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para auxiliar em questões de segurança pública que o estado não estava dando conta. Em sua divulgação, a imprensa tinha posicionamentos contrários, por apoiar e controlar as Forças Armadas, ao mesmo tempo. Para Felix (2017), a participação dos jornais neste caso não foi só o de abrir um debate, mas sim como protagonistas firmes na história.

As operações de GLO são regularizadas pelo artigo 144 da Constituição, o qual prevê que em casos de esgotamento das forças locais de defesa, o presidente da República possui o poder de ativar as Forças Armadas, por um tempo limitado. Além de ser acionada durante a RIO-92, este tipo de medida já foi realizada nas Olimpíadas e Copa do Mundo no estado do RJ.

Em 2017, esta atitude foi novamente efetuada pelo presidente Michel Temer, porém um ano depois, ela recebeu um adicional de ser uma Intervenção Federal - o que não é feito desde a Constituição de 1988, quando essa medida foi criada. Ela difere por possuir um caráter mais amplo e com mais responsabilidades ao Exército. Neste caso, por exemplo, o secretário de segurança pública do estado, Roberto Sá, foi substituído pelo general Walter Souza Braga Netto. A partir disso, diversas mudanças foram realizadas de maneira estratégica, como uma tentativa de amenizar os altos índices de insegurança na capital. Entre elas, remover barricadas em barracos das favelas e registrar moradores que circulam por áreas de atuação dos criminosos.

O papel do Jornalismo em casos de políticas públicas e cidadania

O profissional jornalista possui um papel decisivo na construção da democracia, para Kucinski (2000), por suas funções de representar e mediar assuntos. Além disso, ele também é capaz de levar ao Estado problemas que se encontram na sociedade e cobrar soluções para estes (SOARES, 2011).

Segundo Soares (2011), isso pode ser feito de duas maneiras: por meio da cognição, que utiliza o conteúdo para transmitir sua mensagem ao receptor, ou de uma forma emocional. Mas em sua pouca representação atual, as matérias com um feitiço cidadão são apenas propagação de dados de fontes oficiais.

Este tipo de retrato superficial dos fatos, sem investigações adicionais, está relacionado ao *agenda setting* atual do Jornalismo, que é pautado por critérios de noticiabilidade que preferem publicar notícias sobre as *hotnews*, personalidades influentes, e levar um olhar pessimista sobre os fatos para os leitores (SOARES, 2008).

Conforme Pompéo e Martini (2012), a prática jornalística é essencial para as minorias, já que ela garante a visibilidade desses grupos. Por esse motivo, o agendamento de assuntos de forma rasa, chega a ser antiético, já que o Jornalismo se difere de outras práticas da comunicação por criar debates e representar pessoas (KUCINSKI, 2000).

A melhor forma de criar uma mensagem para o receptor, diminuir seus ruídos e fazer parte de uma “democracia participativa” seria trabalhar de forma mais local possível, para garantir o reconhecimento dos envolvidos na narrativa e focar em solucionar problemas de uma comunidade por completo (POMPÉO; MARTINI, 2012).

Além do mais, o jornalista deve se distanciar criticamente dos fatos, principalmente em casos de campanhas de políticas públicas, pois elas podem se mostrar utópicas ou sem foco na causa principal do problema.

Por fim, a isenção no Jornalismo Cidadão é mais complexa do que o usual. O profissional de comunicação deve sempre prezar pelos Direitos Humanos e não deixar transparecer a indiferença,

Defende-se o equilíbrio do trabalho jornalístico, mas isso não quer dizer apatia: um jornalismo indiferente às questões da cidadania seria,

a rigor, uma monstruosidade, pois significaria tratar como equivalentes alternativas com valores radicalmente opostos.(SOARES, 2008, pág. 12).

Para fazer isso, Rosa (2010) propõe algumas sugestões a serem seguidas. Entre elas está a diminuição da consulta de fontes oficiais, uma maior instrução da população sobre seus direitos e deveres e mais equilíbrio na hora de pautar temas sobre os poderes econômicos, políticos e das diversas comunidades presentes no Brasil.

O agenda setting e sua influência no Jornalismo

McCombs e Shaw (1972) desenvolveram a teoria do *agenda setting* como uma forma de estudar a influência da mídia na sociedade. Os estudiosos concluíram que ao se informar por meio da imprensa, os receptores não só sabem quais assuntos eles devem ter conhecimento, mas também qual a quantidade de atenção que deve-se distribuir para os temas. Muito mais que isso, os recursos midiáticos ainda conseguem controlar como o público deve pensar. Esse fenômeno é chamado de *framing*, ou enquadramento, em português (COLLING, 2001).

Nem todos os sujeitos, contudo, são afetados da mesma forma pela influência dos veículos de comunicação, já que existem diferenças sociológicas e psicológicas em cada um (MCCOMBS; SHAW, 1972). O nível de interferência no receptor pela mídia está diretamente ligado com a quantidade de orientação que ele precisa ter sobre determinado assunto, de acordo com Castro (2014).

Apesar de divergir na forma que os meios de comunicação interferem em seres com *backgrounds* diferentes, existe uma grande importância dos veículos em divulgar informações. Isso se dá pela grandiosidade de centros urbanos atualmente, que impossibilita que todas as notícias sejam transmitidas apenas no boca a boca (COLLING, 2001). É dessa forma, portanto, que a mídia se mostra poderosa na hora de forçar a atenção para certos assuntos (MCCOMBS; SHAW, 1972), assim como fazer julgamentos e diagnósticos (COLLING, 2001).

Conectando tais teorias com pesquisas sobre a mídia carioca isso é descomplicadamente relacionado. Um estudo realizado com 552 seqüências discursivas do Jornal Extra, por exemplo, em 2007, demonstrou que o periódico incentivava seu público alvo - leitores de classe baixa - a pressionar o governo por soluções em suas regiões de habitação (AMARAL; PREVEDELLO, 2009). Complementando o que Amaral e Prevedello (2009) estudam, a análise de Félix (2017) defende que:

Há, sem dúvida, um projeto político que busca naturalizar a militarização da vida nas favelas, em prol de uma representação de cidade harmônica e sem riscos. (FÉLIX, 2017, p. 11).

A conclusão do autor demonstra, então, que a mídia acaba possuindo novamente um papel de protagonista em questões de medidas públicas e políticas. No Rio de Janeiro, por ser uma cidade com problemas, principalmente, na área de segurança pública - de acordo com uma pesquisa realizada pelo Datafolha em outubro de 2017, 72% dos moradores capital do estado se mudariam por se sentirem inseguros -, os jornais podem influenciar os leitores facilmente nesse tema.

Como o reagendamento e o Jornalismo cidadão se completam

Como o agendamento midiático de McCombs e Shaw (1972), naturalmente, acaba dificultando a narrativa de pautas cidadãs - algo que se intensifica pela rotina carregada das redações - uma alternativa proposta é o reagendamento e o *advocacy* (ROSA, 2011).

Estas duas ideias partem da suposição de que a sociedade deve propor temas de reportagens para os jornalistas, e não que os profissionais de comunicação escolham o que a população deve estar sabendo.

Para que isso seja feito, existem alguns passos a serem seguidos, de acordo com Rosa (2011). Primeiramente, os cidadãos devem escolher os seus meios de preferência, assim como começar a mediar o tema. Em seguida, o *advocacy* deve entrar em ação,

que é basicamente a criação de um *lobby* na mídia para que a pauta em questão tenha continuidade.

Isso é de extrema importância, já que as matérias devem ser publicadas diversas vezes para que realmente nasça um debate. Também é vital que o profissional que esteja responsável pela produção das reportagens seja ao mesmo tempo crítico e comprometido, para Rosa (2011), pois só dessa forma ele poderá transformar o olhar do leitor com relação ao assunto descrito.

As principais intenções do reagendamento são a participação mais ativa da população e que grupos atuantes de forma organizada na sociedade se transformem em fontes confiáveis sobre os tópicos que eles querem abordar (ROSA, 2011). No Brasil, algumas organizações já fazem parte desse processo, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o *Greenpeace*.

A Folha de S. Paulo e o Globo como influenciadores de opinião sobre a Intervenção Federal e GLO no Rio de Janeiro

Para analisar dois veículos jornalísticos online de grande porte no Brasil, os níveis médios de visualização de cada um foram verificados, justificando, dessa forma, sua influência midiática. Em 2017, o Globo possuiu 21,6 milhões de acessos únicos. Já a Folha de S. Paulo, 28 milhões de visitantes.

Neste artigo, foi feito um diagnóstico de reportagens relacionadas à Intervenção Federal no Rio de Janeiro, entre o período de 16 de fevereiro e 16 de março de 2018, ou seja, com a duração de um mês a partir da assinatura do documento que instaurou tal medida no estado.

Foi lançado mão do método de análise de conteúdo de fontes secundárias. Ela foi feita de forma qualitativa e por meio de inspeções no teor das reportagens (BARROS; DUARTE, 2011), seguindo o métodos de relevância implícita (CAMPOS, 2004), que prioriza conteúdos relevantes, sem que eles sejam repetidos. Por isso, apenas um texto foi observado por dia.

Matérias com cunho de coluna, opinião ou presentes em blogs dos jornais online foram desconsideradas, pois esta pesquisa segue a Regra da Homogeneidade, exemplificada por Barros e Duarte (2011), em que os diferentes gêneros jornalísticos devem ser separados.

Para basear as questões positivas, negativas ou neutras de cada notícia foi estudado o número de fontes de cada posicionamento, se há ou não a presença de adjetivos, a contextualização de palavras chave (BARROS; DUARTE, 2011) e a escolha das citações utilizadas. A presença de um olhar cidadão e humano no material jornalístico também foi verificada.

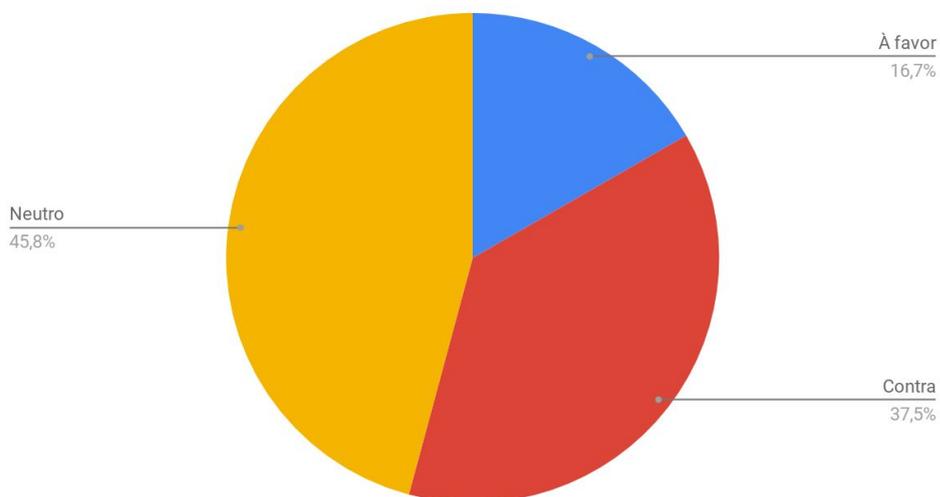
Quadro 1: Comparação entre a Folha de S. Paulo e o Globo com relação às reportagens sobre a Intervenção Federal entre os dias 16/02 e 16/03

	Matérias à favor da Intervenção Federal	Matérias contra a Intervenção Federal	Matérias neutras com relação à Intervenção Federal	Matérias sobre a Intervenção Federal com caráter cidadão	Total de matérias analisadas entre 16/02 e 16/03
Folha de S. Paulo	4	9	11	1	24
O Globo	10	2	11	0	23

Fonte: Darie (2018)

Gráfico 1: Dados sobre as reportagens da Folha de S. Paulo online avaliadas entre os dias 16/02 e 16/03

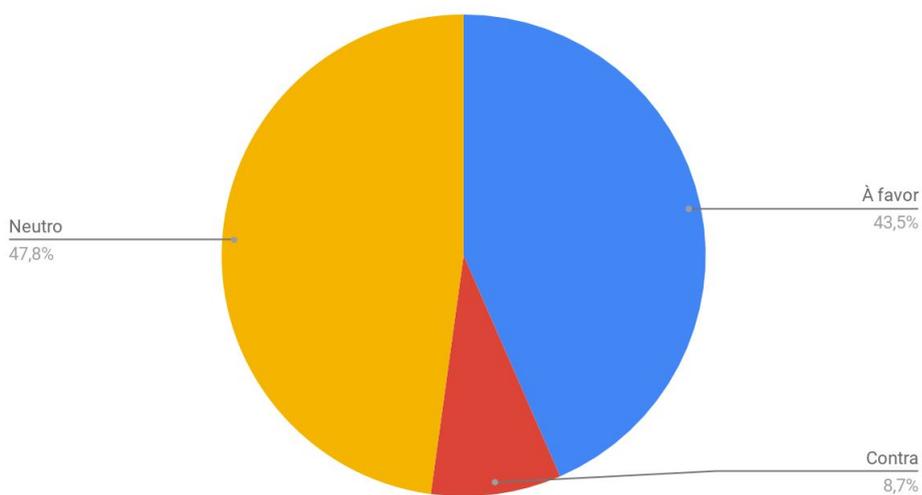
Folha de S. Paulo



Fonte: Darie (2018)

Gráfico 2: Dados sobre as reportagens do Globo avaliadas entre os dias 16/02 e 16/03

O Globo



Fonte: Darie (2018)

Os dois portais online se mostraram absurdamente falhos com relação ao caráter cidadão e humanizado das matérias. Apenas uma delas, da Folha de S. Paulo, realmente foi até as áreas de ação das Forças Armadas para entrevistar a população. O restante se contentou em replicar informações de portais locais ou deixou de retratar o olhar dos indivíduos que estão sendo afetados diretamente pelo acontecimento. Até mesmo em um caso de falecimento, a família do homem morto não foi entrevistada, sendo substituída por falas de um general do Exército.

O foco das reportagens passa longe de um olhar humanizado e se mostra muito mais atento às percepções políticas dos desdobramentos. Debates não são criados nos textos, que na maioria das vezes se estendem por meio de citações de fontes oficiais.

Com relação às diferenças editoriais de casa veículo de comunicação, elas se mostram claras durante a análise. Além de serem contra, neutros o à favor da Intervenção Federal, algo que chama muita atenção é a abordagem das reportagens, principalmente nos títulos de cada uma.

O Globo, por exemplo, prioriza os acontecimentos políticos e falas de personagens importantes. Perceba:

- 17/02: “Rosa Weber nega dois pedidos para barrar intervenção federal no Rio”;
- 22/02: “Comandante do Exército discute intervenção federal com Rodrigo Maia” ;
- 05/03: “Não faremos promessas que não poderemos cumprir, diz comandante do exército no Twitter”.

Já a Folha prefere demonstrar seus posicionamentos por meio de suas chamadas e construir notícias com apontamentos de especialistas:

- 18/02: “Intervenção é paliativo com efeito político publicitário, diz sociólogo”;
- 25/02: “A intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro pode dar certo?”;

-
- 27/02: “Tempo de intervenção é insuficiente para atingir causas da violência, diz comandante do Exército”.

Independente de qual jornal online for analisado, percebe-se a falta de criação de uma discussão didática e com foco na comunidade, que é substituído por discursos vazios e repetitivos. O protagonismo jornalístico nesses casos é nulo, pois não há nenhuma conclusão tomada, apenas indagações e discussões rasas com poucos especialistas no assunto. Este tipo de conteúdo propagado cegamente acaba contribuindo para o processo de desinformação, por meio da hiperinformação. Isso significa que os receptores ficam alienados pelo tanto de material reiterado sobre um assunto (MORETZSOHN, 2017).

Com relação aos itens multimídia, fotos de ocupações militares são amplamente anexadas em galerias. Em algumas matérias, a Folha de S. Paulo repete o emprego de um vídeo explicativo sobre a Intervenção e reutiliza gráficos sobre estatísticas de segurança no Rio de Janeiro. Já o Globo prioriza imagens de cenas políticas.

Conclusão

A partir deste estudo percebe-se que grandes veículos jornalísticos, como os analisados neste artigo ou abordados na bibliografia aqui presente, deixam de lado uma parte importante de seu trabalho: servir o cidadão.

Suas abordagens são frias, reforçam preconceitos midiáticos e contam apenas um único lado da história, algo que vai contra as premissas do Jornalismo.

Isso também se opõe aos princípios propostos por Ijuim (2012), o qual acredita que o jornalista deve se livrar de ideias pré-concebidas na hora da pauta e, muito além disso, tratar o(s) personagem(ns) da história como mais do que fontes. Ou seja, trabalhar de forma solidária, humana e de uma maneira que relações entre pessoas com quadros sociais e econômicos diferentes sejam criadas (IJUIM, 2009).

No caso das reportagens sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro, o prejulgamento que mais pode se intensificar para os leitores é de que os residentes das

periferias onde há operações das Forças Armadas não são passíveis de reconhecimento, não possuem voz e estão a margem dos seus direitos.

O profissional jornalista, portando, deve estar atento ao reagendamento de pautas, em que a sociedade traz informações a redação e não ao contrário. Dessa forma, histórias reais e influentes poderão conscientizar o resto da sociedade - a qual não pode ser tratada apenas como cliente, mas sim como leitor crítico que deseja se informar e conhecer mais.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Márcia Franz; PREVEDELLO, Carine Felkl. Cidadania fragilizada: a representação dos direitos sociais na imprensa popular. **Libero**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 63-73, jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/526/500>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011. 380 p.

BENEVIDES, Maria Victória. Violência e imprensa: as manchetes do medo. In: BENEVIDES, Maria Victória. **Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983. p. 19-29.

BETIN, Felipe. **A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CAMPOS, Claudinei José Gomes . MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: : ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Bras Enferm**, Brasília, p. 611-614, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CASTRO, Davi de . Agenda-setting: hipótese ou teoria?: Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 197-214, dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/viewFile/46390/32217>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr. 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3154/2425>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

COMANDANTE do exército discute intervenção federal com Rodrigo Maia . Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-exercito-discute-intervencao-federal-com-rodriigo-maia-22421561>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FARIAS, Rachel de Melo. ; CARDOSO, Fernando da Silva. Mídia e autoritarismo no Brasil: sobre trajetos e marcas discursivas. **Conferência Brasileira de Folkcomunicação - Folkcom**, 2017, Recife. Anais da Conferência Brasileira de Folkcomunicação - Folkcom, 2017.

FELIX, Carla Baiense. **As guerras do Rio: mídia, favela e militarização do cotidiano**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, sep. 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/22738>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FERRO, Mauricio. **Não faremos promessas que não poderemos cumprir, diz comandante do exército no Twitter**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/nao-faremos-promessas-que-nao-poderemos-cumprir-diz-comandante-do-exercito-no-twitter-22457054>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GRUPO FOLHA. Folha de S Paulo. **Site da Folha**: O primeiro jornal brasileiro online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/folha_com.shtml?fill=8>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GUERRA, Rayanderson. **Rosa Weber nega dois pedidos para barrar intervenção federal no Rio** . Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/rosa-weber-nega-dois-pedidos-para-barrar-intervencao-federal-no-rio-22407649>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, jul. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10060/7368>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas . **Revista Comunicação Midiática**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 117-137, ago. 2012. Disponível em:

<<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/viewArticle/196>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, São Paulo, p. 181-186, fev. 2000. Disponível em:
<<https://www.scielo.org/pdf/icse/2000.v4n6/181-186/pt>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

LISBOA, Marcos; CARNEIRO, Leandro Piquet. **A intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro pode dar certo?**. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/a-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro-pode-dar-certo.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The Public Opinion Quarterly**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 176-187, jun. 1972. Disponível em:
<<http://snschool.yolasite.com/resources/Agenda%20setting%20function-Sanjay.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MENA, Fernando. **Intervenção é paliativo com efeito político publicitário, diz sociólogo**. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/intervencao-e-paliativo-com-efeito-politico-publicitario-diz-sociologo.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088/3404>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

O GLOBO. Jornal o Globo. **Um ano de grandes avanços digitais para os leitores do Globo** : Uma redação conectada para a produção digital. Disponível em:
<<https://oglobo.globo.com/brasil/um-ano-de-grandes-avancos-digitais-para-os-leitores-do-globo-22408632>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck ; MARTINI, Alexandre Jaenisch. O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA, CIDADANIA E JUSTIÇA NO MUNDO GLOBALIZADO: UM ESTUDO VOLTADO AOS EFEITOS DAS AÇÕES DE IMPRENSA E

MICROPOLÍTICAS FUNDADAS NO ESPAÇO LOCAL . In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 1., 2012, Santa Maria - RS. **Mídias e direitos da sociedade em rede ...** Santa Maria - RS: [s.n.], 2012. p. 1-12. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/28.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

ROSA, Rosane. AGENDAMENTO COMPARTILHADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 131-146, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16495/12359>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SOARES, Murilo César. **JORNALISMO E CIDADANIA, EM DUAS ABORDAGENS**. 2008. 15 f. Trabalho submetido ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVII Encontro da Compós, na UNIP (Professor dos cursos de graduação e de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação)- UNESP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/compos_373.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediático: a imprensa como instrumento da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 112 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109235/ISBN9788579833540.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

URIBE, Gustavo; DIAS, Marina; VALENTE, Rubens. **Tempo de intervenção é insuficiente para atingir causas da violência, diz comandante Exército**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/tempo-de-intervencao-e-insuficiente-para-atingir-causas-da-violencia-diz-comandante-exercito.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VIEIRA, Livia de Souza. **Do jornalismo cidadão ao cidadão crítico**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/do-jornalismo-cidadao-ao-cidadao-critico/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.